



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

### PROCESSO DE FLEXIBILIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

**Bruna Hávilla Lino Dantas<sup>1</sup>**  
**Juliana Kelly Dantas da Silva<sup>2</sup>**  
**Maria da Guia da Silva Monteiro<sup>3</sup>**  
**Maria Francisca Máximo Dantas<sup>4</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho propõe a reflexão crítica acerca do processo de flexibilização da proteção social no Brasil contemporâneo, imposto com o avanço de medidas neoliberais, fortalecidas com o crescimento da direita nacional. Assim, a discussão está assentada no contexto sociopolítico pós-golpe de 2016, contra a então presidenta Dilma Rousseff, e seu impacto na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Flexibilização; Proteção Social; Neoliberalismo.

**Abstract:** This article proposes a critical reflection on the flexibilization of social protection process in contemporaneous Brazil, imposed with the advance of neoliberal measures, strengthened with the growth of the national right wing. Thus, the discussion is based on post 2016 coup to the so president Dilma Rousseff sociopolitical context, and it's impact on the Brazilian society.

**Keywords:** Flexibilization; Social Protection; Neoliberals.

#### 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, que tem como título “*PROCESSO DE FLEXIBILIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO*”, faz um resgate histórico e reflexivo acerca da proteção social brasileira na atualidade, problematizando os impactos das medidas neoliberais que vem sendo fortalecidas e caminham na destituição dos direitos da classe trabalhadora.

Nossa análise resgata o significado da proteção social pós-Constituição Federal de 1988, observando os movimentos de contrarreformas nos diferentes governos, enfatizando as particularidades do contexto sociopolítico que sucederam o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff e problematizando alguns dos desdobramentos na sociedade brasileira.

O sistema de proteção social no Brasil se inscreve na processualidade histórica e é determinado pelos acontecimentos sociopolíticos nacionais. Dessa maneira, as políticas que compõem esse sistema de seguridade social - Assistência, Saúde e Previdência Social - encontram-se em constante conflito, tanto com o que se configurou na Constituição Federal

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: brunahavilla@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social, Faculdade Católica Santa Teresinha, E-mail: brunahavilla@gmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: brunahavilla@gmail.com.

<sup>4</sup> Profissional de Serviço Social, Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: brunahavilla@gmail.com.

de 1988, como com as marcas conservadoras e de atraso social, nas quais, a sociedade brasileira e o próprio acirramento da luta de classes estão enraizados.

Dessa maneira, a proteção social passa atualmente por um processo de intensificação dos ataques, que reverberam a sua desconstrução por meio de medidas neoliberais, que objetivam redefinir o Estado brasileiro, nos moldes das exigências postas pelo capital financeiro. O que se pretende é converter os direitos sociais conquistados historicamente pela luta dos trabalhadores e trabalhadoras, em mercadorias. A ordem do dia é repassar ao mercado, de forma radicalizada, a responsabilidade de vender os serviços, transformando o cidadão em consumidor, como uma forma de direcionar cada vez mais recursos aos fundos fiscais.

Essa realidade se amplia no Brasil em 2016, após o golpe de abril, orquestrado contra então presidenta Dilma Rousseff, que leva a presidência Michel Temer, figura que assume o compromisso, junto ao capital financeiro e aos grandes bancos internacionais, de efetivação das medidas neoliberais.

## **2 PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Ao falarmos sobre Proteção Social, devemos, imprescindivelmente, iniciar a discussão abordando a Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988, conhecida também como “Constituição Cidadã”. Sendo ela a Lei maior que aparelha o Estado brasileiro, que define os direitos dos cidadãos (individuais, coletivos, sociais e políticos) e, além disso, estabelece as fronteiras referentes aos poderes dos governantes.

Após anos de repressão vivenciados no Brasil com a Ditadura Civil-Militar, que ocorreu entre 1964 e 1985, a necessidade de elaborar uma nova Constituição, de caráter democrático é evidenciada e encontra espaço de discussão, graças às lutas populares pela redemocratização no país. Nesse sentido, em 1º de fevereiro de 1987, foi designada a Assembleia Nacional Constituinte, composta por 559 congressistas, entre senadores e deputados federais eleitos no ano anterior, e presidida por Ulisses Guimarães, deputado pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Levando em consideração o contexto citado, a Constituição Federal de 1988 representou, sem dúvidas, um avanço rumo à democracia, mesmo que não tenha contemplado os direitos sociais de forma ideal, ela significou um importante ponto de partida. Como nos mostram Behring e Boschetti (2011):

O texto constitucional refletiu uma disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “Constituição Cidadã”, de Ulisses Guimarães. Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil (as propostas de construção de um Ministério de Defesa e do fim do serviço militar obrigatório foram derrotadas, dentre outras), a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias e na ordem econômica (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 141-142).

Para ter dimensão dos avanços obtidos com a Constituição Federal de 1988 é importante assinalar suas modificações mais significativas, que foram: voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos; direito ao voto para analfabetos; aplicação dos direitos trabalhistas; direito a greve; liberdade sindical; redução do mandato presidencial para quatro anos (que antes tinha duração de cinco anos); eleições em dois turnos para campanhas presidenciais, governamentais e municipais para cidades com mais de 200 mil habitantes; redução da jornada de trabalho para 44 horas (que antes era de 48 horas); licença maternidade de 120 dias e licença paternidade de 5 dias; abono de férias; décimo terceiro salário para aposentados; seguro desemprego e remuneração de férias com acréscimo de 1/3 do salário.

Desde a promulgação houve diversas modificações que se deram por meio de Emendas Constitucionais. No que diz respeito à Assistência Social, as conquistas adquiridas, implementadas e asseguradas foram a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993; e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004, que consolidam a Política de Assistência Social no Brasil e propõem a “ruptura” com o caráter assistencialista.

Mas é importante perceber as contradições expressas na Constituição, que se colocam como obstáculo para a universalização das políticas sociais, como ressaltam Behring e Boschetti (2011):

Apesar dos avanços, foram também inscritas no texto constitucional, produto de uma correlação de forças desfavorável, [...] orientações que deram sustentação ao conservadorismo no campo da política social. Exemplo disso é a contraditória convivência entre a universalidade e seletividade, bem como o suporte legal ao setor privado, em que pese à caracterização de dever do Estado para algumas políticas. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 145).

Como sabemos os serviços sociais fundamentais, que deveriam ser garantidos pelo Estado, como saúde, educação, saneamento básico, habitação, não se tornaram universais com a Constituição Federal de 1988, ao contrário, tornaram-se cada vez mais seletivos, sem abranger nem a demanda mínima da população. O principal limite para essa universalização é imposto pelo neoliberalismo, que reformula o papel do Estado e o convida a intervir na questão social sob uma nova perspectiva, que não coaduna com alguns princípios expressos no texto constitucional.

## **2.1 AS IMPLICAÇÕES DO NEOLIBERALISMO NO CONTEXTO NACIONAL E NA PROTEÇÃO SOCIAL**

Durante a crise de 1929, a alternativa encontrada para a sua superação foram às ideias de Keynes, que consistiam na intervenção do Estado para regular as relações econômicas e sociais. A partir de então, ampliaram-se as políticas sociais, como medidas que procuravam conter o avanço da miséria. As políticas keynesianas propuseram-se a

garantir a geração de pleno emprego e criação de políticas e serviços sociais que encaminhassem a ampliação da demanda do mercado de consumo.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*) é consolidado na Europa. Na Inglaterra, o Plano Beveridge foi o documento que encaminhou a adoção de medidas que permitiam o Estado atuar para manter o nível de emprego elevado, a universalidade e a prestação dos serviços sociais e manutenção de uma rede de segurança dos serviços de assistência social.

É preciso atentar para o que elabora Alves (1996) e perceber que as políticas neoliberais e as transformações produtivas, empreendidas pós 1970, exacerbam a necessidade intrínseca de imposição do capital sob o trabalho, com objetivo de eliminar da classe trabalhadora o seu papel enquanto sujeito histórico na superação desse sistema.

É por isso que, a partir dos anos 1970, esse modelo de proteção social passa a ser questionado de forma incisiva, em função das mudanças resultantes da reestruturação produtiva, que acarretam alterações das relações trabalhistas, produzindo o desemprego e a extinção de alguns postos de trabalho. Surgindo como a nova razão do capitalismo, o Neoliberalismo convoca o Estado a atuar de outra forma, deixando de lado as intervenções no campo social e direcionando cada vez mais recursos para o campo econômico.

O Neoliberalismo, que se implantou de forma predominante na fase do capitalismo financeiro, é caracterizado pela doutrina do Estado Mínimo, dissolução de antigas entidades classistas, aumento da distinção entre pobres e ricos, minimização do poder dos sindicatos, desqualificação da esfera pública e valorização da sociedade civil. Suas maiores representações são Margareth Thatcher, na Inglaterra e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

No Brasil, a implantação do Neoliberalismo tem como marco inicial os governos de Fernando Collor e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso (FHC). A gestão do primeiro foi marcada pela abertura do mercado nacional às importações e pelo processo inicial de desestatização. Já o segundo, teve como principal característica a execução do Plano Real, que propunha um ajuste estrutural com a finalidade de atender as exigências das agências internacionais. Como tentativa de reforma para o estado, FHC elaborou o Plano Diretor de Reformas do Estado. Conforme salienta Silva (2005):

A reforma do Estado Brasileiro tem por objetivo explícito a superação dos problemas econômicos, voltando-se para a recuperação da capacidade competitiva da economia mundializada. As medidas implementadas nessa Reforma são colocadas em nome do ajuste fiscal e da governabilidade (SILVA, 2005, p. 28).

O que se evidencia no Plano de Reformas é que este é uma alternativa para contornar a crise, através do resgate da autonomia financeira estatal e da capacidade de implementar as políticas públicas. Para que isso ocorra, é necessário o ajuste fiscal, reforma

econômica guiada pelo mercado, reforma da Previdência Social e do Aparelho do Estado, com a finalidade de aumentar a sua eficiência.

O então presidente Fernando Henrique Cardoso, passou a editar e reeditar medidas provisórias que modificavam elementos essenciais da Constituição. Ele atribuía a ela a responsabilidade pela perda da autonomia do Estado. Além disso, entendia que a produção de bens e serviços deveria ser repassada para sociedade e iniciativa privada, pois apresentavam eficiência e menor custo para o consumidor, retirando do Estado o papel de prestador dos serviços básico à sociedade.

A aplicação de técnicas gerenciais era uma das direções estratégicas do Plano Diretor. O documento ainda contava com a mudança da legislação das emendas da reforma de administração pública e da Previdência Social e da implementação da cultura do gerenciamento.

O Estado neoliberal se detém na intervenção no social a partir de três aspectos: a precarização das políticas sociais estatais, que focalizam o atendimento aos indivíduos mais vulneráveis; a remercantilização dos serviços sociais, que são repassados para o mercado e comercializados para o consumidor e a refilantropização das respostas à questão social, que concede à sociedade civil e organizada os serviços de assistência pela execução de práticas filantrópicas e de caridade. A articulação desses itens refletem no ideário neoliberal de privatização, focalização e descentralização; os setores que deveriam seguir o padrão público incorporam na sua dinâmica os critérios de eficiência, eficácia e rentabilidade.

Por conseguinte, o acesso a políticas sociais passa a exigir critérios de participação, delimitando quem pode usufruir, isto é, aqueles que comprovam a sua pobreza se tornam “merecedores” dos “benefícios”. Essas políticas deixam de ser um direito e tornam-se privilégios para os sujeitos que podem utilizá-las, seguindo critérios de seletividade cada vez maiores.

O Estado Neoliberal tem como objetivo a manutenção e estabilidade da economia. No mandato de FHC, nota-se a preocupação com os setores privados, desestatização, elaboração de planos de conciliação entre capitalistas e trabalhadores, transferência de obrigações sociais do estado para a sociedade civil. Suas ações foram voltadas para a regulação da produção e do mercado e pela regressão dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Como observa Castelo (2010), o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 trazem mudanças importantes na configuração sociopolítica sul-americana, ocasionadas especialmente pelos sinais de esgotamento do neoliberalismo em seu plano econômico, evidenciadas pela extensão dos desequilíbrios macroeconômicos, o ataque aos direitos sociais e do crescente desemprego estrutural e pauperismo da população.

E, nesse sentido, o avanço do neoliberalismo no Brasil não teve seu fim nos governos seguintes. O Partido dos Trabalhadores (PT), que sucedeu o governo FHC, optou pelo pacto de conciliação de classes, dando continuidade as perspectivas do modelo neoliberal, sob condições diferenciadas. A estratégia desenvolvida pela administração do PT foi de atender as demandas do capital, paralelamente com as dos trabalhadores, os quais reivindicavam seus direitos e faziam enfrentamento a restrições do Estado formatadas pelo governo FHC.

Os governos petistas implementaram políticas de transferência de renda, desenvolvimento tecnológico, ampliação da educação em nível superior e buscaram principalmente elevar a economia do país, pelo processo que muitos estudiosos convencionaram chamar de “Social-liberalismo”.

Mas é preciso observar que o governo Lula seguiu o receituário de seu antecessor e do pós-Consenso de Washington, conjugando medidas de cunho social-liberal aos moldes neoliberais. Os governos petistas corroboraram com a política econômica neoliberal de FHC, na medida em que elencara enquanto central a estabilidade monetária, evidenciando-a enquanto primordial a estabilidade no crescimento econômico. Nesse contexto, as políticas de ajuste fiscal e juros elevados se mantiveram intactas.

Isso se coaduna e torna-se a política do governo, mas sem perspectiva de questionar ou intervir nas bases que estruturam a sociedade brasileira. Uma realidade historicamente estruturada por uma ausência de empatia da política progressista, racista, patriarcal, conservadora e sem objetivo de mudanças estruturais. Dessa maneira, se manteve um cenário contundente para que o neoliberalismo se espraiasse cada vez mais na produção e reprodução das relações sociais no Brasil.

### **3 A CRISE NO GOVERNO DILMA E O GOLPE DE 2016**

O acirramento que começa a se gestar nas jornadas de junho de 2013, inaugura uma série de fenômenos, dentre os quais alguns merecem destaque nas análises em torno da crise política nacional, visto que, como mostra Boulos (2016):

A direita saiu do armário. Passou a adotar abertamente um discurso mais ousado e raivoso. Os velinhos do clube militar tiraram a poeira das fardas para defender a reedição de 1964. Homofóbicos, racistas e elitistas passaram a falar sem pudores de suas convicções. Isso tudo se sintetizou num antipetismo feroz que correu o país (BOULOS, 2016, p. 30).

Por mais que tenha ido às ruas uma pluralidade de bandeiras, encampadas no âmbito da extrema esquerda a extrema direita, é inegável o avanço obtido pela onda conservadora, que cresceu e vem se consolidando como uma realidade no Brasil atual. Em 2014, por exemplo, tivemos a composição do Congresso Nacional mais conservador, desde 1964, eleitos democraticamente. E os resultados disso se desdobraram de forma voraz em

um curto espaço temporal, com sequelas para o campo democrático e a esquerda, representando algumas perdas e inúmeros desafios.

Na eleição presidencial de 2014, após uma acirrada disputa entre Dilma Rousseff, candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e Aécio Neves, candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Dilma é reeleita com 51,64% dos votos. No entanto, seu segundo governo é marcado desde o início pela crise de governabilidade e, como sintetiza Fernandes (2016), a alternativa adotada pela presidenta foi a de:

Abrir ainda mais as concessões à direita, implementando uma política de austeridade econômica cujos prejuízos no campo social começam a ser sentidos. O ajuste fiscal, como vem sendo chamada a política econômica atual do governo, contradiz o discurso entoado durante a campanha eleitoral de 2014, em que a presidenta dava a entender que seu segundo governo representaria uma guinada a esquerda. (FERNANDES, 2016, p.190)

Mesmo com as concessões feitas pelo PT, que como bem pontua Boulos (2016, p. 30) “teimou em não compreender é que o modelo de governo que adotou nos últimos 12 anos chegou ao seu esgotamento”, não foram suficientes para a direita nacional. Diante da crise política, a alternativa escolhida por esses setores, um golpe institucional, via impeachment da presidenta Dilma, que possibilitou à ascensão de Michel Temer a cabeça do Poder Executivo.

O ambiente de polarização obrigou o PT a reposicionar-se na conjuntura, visto o forte avanço da onda conservadora e os diversos processos aos quais os principais líderes políticos do partido foram submetidos, que desconsideraram a norma jurídica. No Caso do impeachment, concordamos com Meneses (2018) quando ele pontua que

O impeachment recente da presidenta Dilma Rousseff foi um desses processos “tartufianos”. Todos sabem, urbi et orbi, que não ficou provado nos autos do processo que Dilma cometeu crime de responsabilidade. Pior, todos os julgadores daquele processo – os senadores investidos na condição de juizes – já sabiam de antemão como votar e não estavam nas sessões do impeachment para formar convicção (MENESES, 2018, p.143-144).

É importante ter a clareza de que esse processo do impeachment não ocorre de forma isolada. Ele está sintonizado, como aponta Iamamoto (2017, p.14), com uma “geopolítica dos centros mundiais de poder contra os governos progressistas de *nuestra América*, como parte das estratégias anticíclicas”. Resguardadas as particularidades de cada momento histórico, podemos identificar, em alguns aspectos, que há similaridades com o golpe de abril de 1964. Embora nada se compare ao caráter repressivo e antidemocrático da autocracia burguesa, de acordo com Netto (2015)

Os centros imperialistas, sob a hegemonia do norte-americano, patrocinaram uma contrarrevolução preventiva em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social). (NETTO, 2015, p. 30)

Em nenhum dos contextos, seja em 1964 ou em 2016, vivíamos a eminência de adoção de um regime comunista, no entanto, em ambos os cenários imperialistas fizeram

frente às conquistas sociais e democráticas, com vistas à exploração abusiva dos trabalhadores e a apropriação das riquezas nas regiões periféricas.

Outro ponto similar é o impacto que esses golpes, com ressalvas as suas características, vão trazer ao campo democrático e as esquerdas, embora não tenha a capacidade de eliminá-los da cena política, não podemos desconsiderar a vitória da direita nacional e o avanço da onda conservadora.

O governo Michel Temer, tem início em 12 de maio de 2016 e vai até 31 de dezembro de 2018, após a concretização do golpe, com forte apoio da direita nacional, contra a então presidenta eleita democraticamente, Dilma Rousseff. É importante sinalizar, como nos mostra Meneses (2018), que

A herança de retrocessos no mundo do trabalho que o governo Temer está deixando, em pouco tempo, é gigantesca. De cambulhada, franqueou a terceirização ampla, geral e irrestrita e pretende desmanchar a previdência social (MENESES, 2018, p.138).

Uma herança que desafia os trabalhadores e também a categoria profissional dos(as) assistentes sociais, tanto pela nossa condição de trabalhadores, pelo nosso acúmulo teórico e, de forma especial, pelos usuários das políticas sociais nas quais atuamos diretamente, alvos de nossa intervenção profissional.

#### **4 CONJUNTURA BRASILEIRA E OS DESAFIOS IMPOSTOS PELO CENÁRIO ATUAL**

A conjuntura político-econômica mundial atual vem mostrando para a classe trabalhadora a necessidade de luta e resistência em torno da defesa dos direitos sociais, frente à adoção de medidas de austeridade fiscal, cada vez mais cruéis, desde 2008. Essa tendência é visível em diversos países, inclusive os ditos de “capitalismo central” ao redor do mundo, como Grécia, Itália, França.

Na particularidade brasileira, a crise capitalista converge com a crise política e tem se firmado por meio de diversos ataques ao conjunto dos trabalhadores, com o aprofundamento da perspectiva neoliberal, em sua face mais atroz. Vivenciamos a crescente de uma onda conservadora, que como sinaliza Boulos (2016, p.30), ao se referir ao processo eleitoral de 2014, “teve como crista a surpreendente votação de Aécio Neves para a presidência, que ficou apenas 8% atrás de Dilma, quando todos os institutos de pesquisa apontavam o dobro de diferença”.

Desde 2013, sucessivos momentos históricos demonstram o avanço do conservadorismo nacional, nos moldes do que aponta Boulos (2016, p. 29), “conservadora não no sentido de manter o que está aí, mas no pior viés do conservadorismo político, econômico e moral. Uma virada à direita”. Ora reeditando tendências já conhecidas, ora trazendo a tona novos elementos. O conservadorismo, em sua nova fase, procura afastar-se

do racionalismo, como afirma Souza (2015) “em síntese, o racionalismo, é sabotado a priori pelo princípio conservador da ‘imperfeição humana’” (SOUZA, 2015, p.212).

A realidade brasileira, que embora tenha feito diversos movimentos de reforma na proteção social desde que ela entrou em vigor, tem intensificado, a partir de 2015, o movimento de desconstrução de tudo que já foi conquistado. Especialmente por meio da ruptura com o sistema de previdência social pública que vem sendo pautado. Como aponta Silva (2018):

O permanente e insolúvel conflito entre o capital e trabalho expressa-se agora, uma vez mais, por um brutal ataque a Previdência Social, acusada de ser responsável pelo déficit do orçamento público. A Previdência Social é, segundo os oráculos do mercado, a grande vilã, em vista do alegado desequilíbrio atuarial (SILVA, 2018, p. 247).

A culpa da crise é atribuída ao volume de recursos que são destinados aos sistemas de proteção social, como uma justificativa de adensar cada vez mais o direcionamento de orçamento público para subsidiar o capital financeiro. As contrarreformas são postas como únicas alternativas, uma vez que, sob a ótica neoliberal, o Estado se retira de todas as suas responsabilidades sociais e os cidadãos são submetidos à ideia de sacrifício coletivo para contornar a crise. Todos os pretextos utilizados nas reformas realizadas em 1998, pelo governo FHC, e em 2003, pelo Governo Lula, são retomados e radicalizados, sob a égide de que a sobrevivência do Estado brasileiro depende da reforma. E o que vivenciamos em 2016, durante o governo Michel Temer, foi a intensificação e o crescimento desse ataque. Como assevera Silva (2018):

Na realidade, o governo golpista e ilegítimo de Temer busca completar e levar a cabo a correção do que teria sido – na perspectiva neoliberal – um desvio de rota representado pelos avanços quanto aos direitos sociais logrados com a Constituição de 1988. Ao mesmo tempo em que redigia e se promulgava a Constituição Federal de 1988 era estabelecido o Consenso de Washington em 1989-90, sob a diretriz do Estado mínimo e fomento ao mercado. (SILVA, 2018, p. 254).

Todos os avanços conquistados a partir da luta social precisam ser revertidos e o que se propõe é a conversão do Estado brasileiro a exacerbação do neoliberalismo. Na agenda das contrarreformas temos a PEC 241/55, que propõe o congelamento das despesas do Governo Federal por 20 anos, sendo ela a base na qual todas as outras encontram solo fértil para o enraizamento. O PLC 38/2017, aprovado pelo Senado em 11 de setembro de 2017, que adéqua a legislação às novas relações de trabalho, e a proposta de reforma da previdência integram o pacote de ataques a classe trabalhadora.

A exigência é de que a legislação seja flexibilizada, eximindo os empregadores de quaisquer responsabilidades, deixando os trabalhadores desprotegidos, vulneráveis e expropriados de seus direitos básicos. Isso se converte, antes de qualquer coisa, na proteção para os empresários, nas ações da Justiça Trabalhista.

Nesse sentido, a ideologia dominante exerce uma função ativa na manutenção da ordem e, conseqüentemente, no enfrentamento das tensões sociais em momentos em que a luta de classes torna-se mais acirrada. E, numa realidade como a brasileira, assim como afirma Barroco (2011) a tendência é que

a violência seja naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas conseqüências e abstraída de suas determinações sociais. A ideologia neoliberal — veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação — falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia (BARROCO, 2011, p. 208).

Dessa forma, os (des)valores hegemônicos na sociabilidade burguesa e o ethos dominante passam a se apoiar e forjam necessidades, colocando para os trabalhadores o sacrifício como saída para a crise. Esse movimento faz com que as contradições sejam veladas, não deixando espaço para o questionamento.

Um dos pontos centrais do Governo Temer foi a defesa da reforma da Previdência, via penalização dos trabalhadores, aumentando o valor de sua contribuição, reduzindo e desvinculando os valores dos benefícios do salário mínimo, exigindo a contribuição direta de trabalhadores rurais e mudando as condições para a aposentadoria. Articulado a isso, temos ainda, como alerta Iamamoto (2017, p. 17), “a proposta de limitação do gasto público por vinte anos com irreversíveis conseqüências na efetivação dos direitos constitucionais, como consta da PEC de 24 de junho”.

A reprodução dessa ideia está a serviço da manutenção dos privilégios históricos da burguesia nacional, dos políticos e dos militares, que não serão atingidos pela reforma da Previdência. A proposta é regressar naquilo que, dentro do ideário neoliberal, se coloca, como pontua Silva (2018, p. 254), como “um desvio de rota representado pelos avanços quanto aos direitos sociais logrados com a Constituição de 1988”.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O atual cenário revela-se desafiador para a proteção social, em especial pela particularidade de inserção do Brasil como país periférico do capitalismo central. As implicações que incidem sobre a periferia deste sistema, agravam a condição de ataques, orquestrando a subjugação da proteção social a um mercado financeiro atroz e perverso.

É relevante caracterizar que a conformação do governo neoliberal na sociedade brasileira está ancorada no pensamento político burguês que elimina o investimento nas políticas sociais em detrimento de aplicações no mercado financeiro, revertendo o sistema de direitos na capitalização e da lucratividade do pacote de negócios e bens sociais.

Para tanto, subsiste nesta conjuntura a desproteção social, atacada na subjetividade do seu caráter focalista e seletivo emergente sob a forma de política social. É, pois, um

momento de fragilização da efetividade dos princípios constitucionais que integram um padrão de dignidade e humanidade a classe trabalhadora em sua forma de ser.

Assim, entendemos que o contexto brasileiro, permeado pela orientação neoliberal, expressiva dos governos caracterizados pela direita, implicam uma trajetória de regressão dos direitos, argumentada pela crise fiscal e, conseqüente, retirada do Estado de cena. Sendo, pois, este cenário conformado pela inexpressividade de intervenções via políticas de Seguridade Social, ainda que estas sejam constitucionalmente tidas como direitos da classe trabalhadora e, portanto, dos sujeitos sociais.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. O Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, Francisco J. S. et al. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

BARROCO, Maria Lúcia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p.205-218, abr/jun 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: fundamentos e história**/Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2).

BOULOS, Guilherme. A Onda Conservadora. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs). **A ONDA CONSERVADORA: ensaios sobre os tempos sombrios no Brasil**. In: BIANCHI, Álvaro (et. al.) Org. DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 29-32.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In:\_\_\_\_\_. (Org.). **Encruzilhadas da América Latinano século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

FERNANDES, Mariana Patrício. Mulheres que furam a onda: vozes dissoantes em um Brasil machista. In: **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**./Álvaro Bianchi ... [et al.]; organização Felipe Demier, Rejane Hoeveler. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. In: **Revista Ser. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p 13-38, jan/abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MENESES. J. R. **A hegemonia como contrato**. 1ª ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. 180p.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SILVA, Ademir Alves da. A reforma da Previdência: confisco para o trabalhador e "tranquilidade" para o mercado. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares;

ALBUQUERQUE, Valéria (orgs). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 245-262.

SILVA, Márcia Regina Turra da. As implicações da nova configuração da assistência social para a intervenção dos assistentes sociais / Márcia Regina Turra da Silva. **Inflexões nas políticas sociais brasileiras nos anos 90**. orientador: Myrtes de Aguiar Macêdo. – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Serviço Social, 2005.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 199-223, abr./jun. 2015.